

APARÊNCIA E REALIDADE

Josaphat Marinho

A vida humana, em todos os círculos de atividade, oferece dois aspectos sempre assinaláveis. Ora o espelho da realidade, ora a sombra da aparência ou da fantasia. Motivos diversos, no tempo, concorrem para essa imagem variável, do homem e de suas instituições. Há mesmo pessoas que estimam viver na penumbra da ilusão, fugindo à luz fulgurante da verdade. Outras pretendem vencer as dificuldades, cultivando o otimismo. Por vezes, até a ficção ajuda a esconder a rudeza das circunstâncias, por espaço extenso dos dias. Mas é certo que a dissimulação não resiste indefinidamente à força natural dos fatos. O engano também cansa, ou é subjugado pela energia das coisas reais.

No plano da política e da administração pública, esse fenômeno é de impressionante constância. Em todas as épocas, as personalidades diferenciam-se intensamente. A objetividade, o poder de observação, o senso crítico, o espírito de justiça social ou o individualismo marcante, a capacidade de renovação e o conservadorismo são fatores permanentes de caracterização das individualidades. Daí emergem figuras criadoras, construtivas, orientadoras, reformadores pragmáticos ou apenas pregadores de mudanças. Não raro, afirmam-se personalidades, a um tempo, de ideólogos e realizadores, como Anísio Teixeira no campo da educação.

Há fases, porém, na existência dos povos, em que o anúncio das reformas não corresponde ao poder de realizá-las. Verifica-se um atraso ou um desequilíbrio entre o pensamento e a ação. O intuito de renovar não se completa na execução eficiente. Não se acusa falta de inspiração, mas de pertinácia no fazer. Sem negar transformações, não há exagero em assinalar que no Brasil de hoje a notícia das reformas é

bem maior do que a identificação delas. Entre o proclamado e o visto é grande a distância. A luta dos sem-terra continua intensa, indicando que a reforma agrária não alcançou ponto satisfatório. O desemprego é crescente, atingindo categorias profissionais diversas. Os serviços de saúde não revelam eficiência adequada, sendo notórias as reclamações, em todo o país. Os meios de comunicação mostram, repetidamente, a angústia dos pacientes e as

deficiências hospitalares. Se há mudanças na educação, não se promove, contudo, a reforma universitária em conjunto. Não se corrigem as falhas que prejudicam o ensino superior: da limitação de recursos ao desenvolvimento da pesquisa, subsistem graves faltas.

Das mudanças na ordem econômica da Constituição ainda não resultaram efeitos sociais sensíveis, tão grande é o número dos "excluídos" e o empobrecimento da classe média.



Isso é prova de que a liberalização da economia não tem favorecido os carentes de recursos. Nota-se, mesmo, que empresas poderosas, que não estavam submetidas a administrações inadequadas, têm sido devoradas pela política do governo. Enquanto isso, grupos estrangeiros vão dominando o mercado, na conquista do controle acionário de bancos nacionais em crise, como na aquisição de empresas em processo de privatização. Experimentando, também, conseqüências desse quadro, estados e municípios desorganizam, paralisam ou reduzem seus serviços e atrasam o pagamento dos servidores públicos, já agora com ameaça da segurança geral.

Não obstante essa perspectiva sombria, o governo federal persevera na política de retração da economia. Contida a inflação e mantido o real valorizado, insiste-se em desconhecer os efeitos sociais maléficos de tal política. Não se há de afirmar, simplesmente, que o presidente da República é insensível ao sofrimento coletivo. Falta, porém, o conhecimento direto do problema social, ou as informações que lhe chegam não traduzem a realidade. É muito comum que isso ocorra no plano das relações entre dirigentes e auxiliares. A partilha de responsabilidade é difícil no aparelho governamental. Como quer que seja, o governo da União tem subestimado a angústia de amplas camadas da população. Ainda agora, porém, o sociólogo Alain Touraine, com clara visão humana, observou que "liberalização da economia sem uma contrapartida social é inaceitável". Cumpre ao poder federal atentar nessa verdade, para que não confunda, perigosamente, a ilusão do deserto com campo florido.

■ Josaphat Marinho é senador pelo PFL d Bahia